



Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório dos Auditores Independentes



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações financeiras auditadas:	
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Senhores Conselheiros e Administradores da
Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica
Aracruz - Es
Cep. 29.194-129

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)**, doravante denominada “FHMSC” ou “Fundação”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião com ressalva

- a) Conforme declaração expressa na nota explicativa nº 2, as Demonstrações Contábeis da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas *parcialmente* de acordo com a NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/2009, e ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/1976) e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC, incluindo a norma acima mencionada.
- b) Fomos designados como auditores da Fundação em 14 de fevereiro de 2023 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2022. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto à existência dos estoques naquela data. A ausência deste procedimento se constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir pela adequação ou não do saldo de R\$ 976.486 de estoques contabilizado em 31 de dezembro de 2022.
- c) A Fundação não submeteu os seus ativos imobilizados ao teste de recuperabilidade em 2022. A ausência desse procedimento contraria os requerimentos da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, do Conselho Federal de Contabilidade, e a seção 27, da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Portanto, não foi possível obtermos

evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse avaliar se o saldo de R\$ 27.638.902 do ativo imobilizado estava registrado nas demonstrações contábeis por valor superior ou não ao passível de recuperação pelo uso ou venda, bem como, se as despesas com depreciação estavam adequadamente apresentadas. Além disso, não se verifica evidência de que tenha inventariado aludidos bens para fins de elaboração das mencionadas demonstrações contábeis.

- d) Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade mantinha registrado no passivo circulante e no passivo não circulante, o saldo de R\$ 13.378.566 de empréstimos e financiamentos a pagar, e no ativo circulante e no ativo não circulante, R\$ 209.611 de encargos a transcorrer sobre os mesmos empréstimos e financiamentos, portanto, um endividamento líquido de R\$ 13.168.956. Em resposta à nossa solicitação feita às instituições financeiras credoras das operações envolvidas, no conjunto, elas confirmaram que o saldo devedor para quitação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 12.377.336, portanto, a menor em R\$ 791.620 na comparação com o endividamento líquido referido acima. Consequentemente, mencionado passivo está superavaliado na importância de R\$ 791.620 e o resultado e patrimônio líquido, subavaliados em igual montante. A administração da Entidade se manifestou que irá proceder o ajuste dessa diferença no presente exercício de 2023.
- e) Até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Fundação tinha por prática reconhecer diretamente no resultado, como receita, valores provenientes de doações recebidas destinadas a investimentos, não sendo possível se identificar o montante refletido nas demonstrações contábeis do referido exercício. Esse procedimento requer adequação para que possa se conformar aos critérios de reconhecimento estabelecidos no item 11, da Norma Contábil ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. De acordo com manifestação da administração da Fundação, isso será realizado a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2023. Consequentemente, não foi possível obtermos evidência apropriada e suficiente de auditoria que nos permitisse concluir qual foi o montante das mencionadas doações e, por sua vez, sobre a adequação do resultado do exercício e do saldo do patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 16, na qual a Entidade é parte em demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, totalizando R\$ 2.140.415, que de acordo com opinião dos seus assessores jurídicos, o prognóstico estimado para o desfecho dos assuntos em discussão é considerado como de possível perda, circunstância que não requer o reconhecimento contábil, mas apenas a sua divulgação.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, também foram auditadas por nós, cujo relatório emitido em 26 de abril de 2022 continha as ressalvas mencionadas nas letras “a” a “c” e “e”, do parágrafo Base para opinião com ressalva, deste relatório, e também sobre o reconhecimento diretamente no resultado de valores provenientes de doações e emendas parlamentares destinadas a investimentos, e inconsistências entre valores relacionados a demandas judiciais nas esferas cível e trabalhista, informados pela assessoria jurídica com prognóstico de provável perda, e os que estavam registrados nas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”) e Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 28 de abril de 2023.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ilderaldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES 009503/O-0



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Ativo Circulante		5.369.184	9.263.351	Passivo Circulante		21.275.388	13.687.649
Caixa e Equivalente de Caixa	4	635.626	4.727.461	Fornecedores	12	2.198.552	891.010
Contas a Receber	5	3.411.956	2.922.073	Empréstimos e Financiamentos	13	4.746.833	1.583.905
Estoques	6	976.486	996.956	Obrigações trabalhistas e sociais	14	2.150.010	2.181.553
Adiantamentos	7	95.900	127.685	Obrigações Tributárias		134.123	149.657
Outros créditos		133.562	276.836	Serviços de pessoas físicas e jurídicas	15	5.519.041	3.294.686
Despesas do exercício seguinte	8	115.653	212.341	Subvenções a executar	16	6.052.475	4.182.987
				Adiantamentos de clientes		-	1.183.369
Ativo Não Circulante		28.327.929	25.757.530	Contas a pagar		474.355	220.482
Realizável a longo prazo		125.988	151.269	Passivo Não Circulante		11.880.693	12.296.111
Despesas do exercício seguinte	8	95.636	111.958	Empréstimos e Financiamentos	13	8.670.781	10.073.950
Depósitos judiciais	9	30.352	39.312	Provisão para contingências	17	3.209.912	2.222.161
Investimentos		650	650				
Imobilizado	10	27.638.902	25.605.611	Patrimônio Líquido	18	541.032	9.037.121
Intangível	11	562.390	-	Ajustes de exercícios anteriores			-444.449
				Patrimônio social		9.037.121	3.043.149
				Superávit (déficit) acumulado		-8.496.089	6.438.421
Total do Ativo		33.697.113	35.020.881	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		33.697.113	35.020.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração de Resultado em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida operacional	19	46.787.397	55.445.344
(-) Custo dos serviços prestados	20	-48.627.718	-48.234.761
Superávit (déficit) operacional bruto		-1.840.321	7.210.582
Despesas/receitas operacionais		-4.158.440	-3.240.485
Despesas gerais e administrativas		-4.158.440	-3.077.412
Trabalho voluntário			-41.711
Outras receitas/Despesas operacionais			-121.362
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		-5.998.761	3.970.097
Resultado financeiro	21	-2.497.328	-175.572
Receitas financeiras		166.178	605.924
Despesas financeiras		-2.663.506	-781.496
Superávit (déficit) do exercício		-8.496.089	3.794.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais (R\$)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de exercícios anteriores</u>	<u>Superávit (déficit) do exercício</u>	<u>Total do patrimônio social</u>
Em 31 de dezembro de 2021	3.043.149	303.240	5.993.972	9.037.121
Em 1º de janeiro de 2022	3.043.149	303.240	5.993.972	9.037.121
Transferência para o patrimônio social				
Ajustes de exercícios anteriores				
Superávit (déficit) do exercício			-8.496.089	-8.496.089
Em 31 de dezembro de 2022	3.043.149	303.240	-2.502.117	541.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais (R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Atividades Operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	-8.496.089	3.794.525
(-) Ajuste de Exercícios Anteriores		-444.449
(+) Depreciações e Amortizações	1.863.490	1.416.287
(+) Reversão de provisão de contas a receber	280.311	
(+) Reversão de provisão Contas a Pagar	356.509	
(+) Provisão para contingências	996.711	
Superávit (déficit) do exercício ajustado	-4.999.068	4.766.363
Aumento/Redução nos ativos		
Contas a Receber	-489.883	-3.019.710
Estoques	20.470	-252.095
Adiantamentos	31.785	41.010
Outros créditos	143.274	107.959
Despesas do exercício seguinte	113.010	-3.652.988
Depósitos judiciais	8.960	
Aumento/Redução nos passivos		
Fornecedores	1.307.542	-410.379
Obrigações trabalhistas e sociais	-31.543	271.601
Obrigações Tributárias	-15.534	57.637
Serviços de pessoas físicas e jurídicas	2.224.355	-960.097
Subvenções a executar	1.869.487	-866.782
Adiantamentos de clientes	-1.183.369	
Contas a pagar	253.872	-87.253
Provisões contingenciais	987.751	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	241.109	-4.004.734
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	-4.375.505	-10.022.000
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	-4.375.505	-10.022.000
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e financiamentos	42.562	4.295.198
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	42.562	4.295.198
(=) Fluxo de Caixa Gerado (Consumido)	-4.091.834	-9.731.536
Caixa e Equivalentes no início do período	4.727.461	4.030.334
Caixa e Equivalentes no final do período	635.626	4.727.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Hospital Maternidade São Camilo (FHMSC)
Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração por tempo indeterminado e foi constituída em 15 de abril de 1967, com sede própria na Rua Manoel Pereira Pinto, nº 300, Vila Rica, na cidade de Aracruz, Espírito Santo.

Seu objetivo social é o atendimento médico hospitalar à comunidade, sem distinção de cor, sexo, idade, raça, profissão, nacionalidade, estado civil, credo religioso ou político e condição econômico-social, através das fontes de recursos tais como: SUS, Clientes Particulares, UNIMED, Mediservice, SAMP, Medisênior, Bradesco Saúde, Prefeitura Municipal de Aracruz – PMA, Secretaria Estadual de Saúde - SESA e outros convênios.

A entidade possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, sendo a sua utilidade pública, devidamente reconhecida pelos poderes públicos.

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2023.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas *parcialmente* de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correspondente ao CPC PME (R1), aplicável às entidades sem finalidade de lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidade consiste na mencionada NBC TG 1000 (R1), em conjunto com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002(R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Tais resoluções estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

(a) Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) do exercício é apurado pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao serviço são transferidos para o adquirente. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa quanto à sua realização.

As receitas provenientes de recursos públicos, inclusive de emendas parlamentares, destinados a investimentos não transitam pelas contas de resultado.

(b) Instrumentos financeiros

A entidade adotou as disposições da Seção 11 da NBC TG 1000(R1) para fins de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos, reconhecidos pela entidade são: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, fornecedores, salários e encargos sociais, convênios a executar, e empréstimos e financiamentos. Tais instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado considerando, quando aplicável, a taxa efetiva de juros.

(c) Ativo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido quando se trata de recurso controlado pela entidade, decorrente de eventos passados e do qual se estima que resultem benefícios econômicos futuros.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie, saldos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias.

As contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores líquidos de perdas previstas em sua realização, fundamentadas na análise individual da situação de cada contrato, conjugada com a avaliação dos consultores jurídicos da entidade acerca da possibilidade de realização dos créditos, quando aplicável.

Os depósitos judiciais representam recursos vinculados a ações em curso, podendo ter sido efetuados por determinação do respectivo juízo em garantia de futura execução e/ou como garantia para apresentação de recurso a instância superior. Tais valores encontram-se depositados em contas de poupança, porém o respectivo rendimento não é reconhecido contabilmente uma vez que, no deslinde do feito, o correspondente depósito pode ser consignado à parte adversa.

As aplicações no ativo imobilizado correspondem ao custo de aquisição dos bens, deduzido da cota de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, baseada na taxa e vida útil de cada item, de acordo com a regra fiscal. As taxas de depreciações são as seguintes:

Discriminação	Taxa a.a.
Prédios e Edificações	4%
Móveis e Utensílios, Instrumental Técnico Cirúrgico e Laboratorial	10%
Equipamentos de Comunicação, Máquinas e Motores, Ferramentas e Instalações	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	20%

De igual modo, as aplicações no ativo intangível correspondem ao custo de aquisição dos bens, deduzido da cota de amortização, calculada pelo método linear, baseada na vida útil de 5 (cinco) anos, à taxa de 20% a.a.

(d) Passivo circulante e não circulante

Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação presente decorrente de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para a sua liquidação.

As provisões são registradas tendo por base as melhores estimativas da administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(e) Regime especial de tributação

A Entidade está imune do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através do Certificado mencionado na Nota 1, por atender aos requisitos contidos na Lei 12.101/09, Lei Complementar nº 187/21, do Decreto nº 8.242/14, e Portaria nº 1.970/11, do Ministério da Saúde, assim como na alínea “c”, do art.9º, do Código Tributário Nacional.

(f) Doações e subvenções

As doações e subvenções recebidas exclusivamente para investimento não são reconhecidas como receita no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. Entretanto, para as doações e incentivos destinados para custeio, esses são reconhecidos no resultado.

(g) Provisões para ações cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte em processos judiciais. As provisões são constituídas para todas as ações cíveis e trabalhistas para as quais é provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Caixa	8.621	6.052
Bancos conta correntes (sem restrição)	85.798	132
Bancos conta correntes (com restrição)	8	247.807
Aplicações financeiras (sem restrição)	23.741	262.970
Aplicações financeiras (com restrição)	517.459	4.210.500
	635.626	4.727.461

5. Contas a Receber

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Cientes particulares	175.722	50.990
Plano de saúde - UNIMED	894.940	775.811
Plano de saúde - GOLDEN CROSS	1.462	7.030
Plano de saúde - SAMP	346.604	440.549
Plano de saúde - BRADESCO	397.364	214.235
Plano de saúde - SAÚDE CAIXA	5.176	5.579
Plano de saúde - ARCELORMITAL		98
Plano de saúde - Petrobrás	11.360	17.410
Plano de saúde - São Bernardo Saúde	216.751	229.833
Plano de saúde - CVRD (PASA)	75.199	251.513
Plano de saúde - MEDSENIOR	258.076	96.232
Plano de saúde - AMIL	5.960	16.505
Plano de saúde - Portal Saúde	22.919	4.078
SUS (Contratualização - Recurso Federal)	419.982	197.011
Contratualização (Recurso Municipal)	1.988.357	3.850.363
Outros convênios	68.444	73.246
(-) Perdas estimadas p/ créditos de liquidação duvidosa	-1.476.362	-3.308.411
	3.411.956	2.922.073

PECLD – Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – São representados por valores a receber, vencidos há mais de 6 (seis) meses. Trata-se de Recursos de Glosas e outros clientes que receberam a prestação dos serviços médicos e ambulatoriais, pendentes de recebimento.

6. Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Estoques	976.486	996.956
	976.486	996.956

7. Adiantamentos

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Antecipações de salários	2.737	1.841
Antecipações de férias	90.880	95.689
Adiantamentos a funcionários	2.283	271
Adiantamentos de vale transporte	-	14.535
Adiantamentos de plano de saúde	-	10.346
Adiantamentos de plano odontológico	-	5.003
Adiantamentos a fornecedores	1.961	182.797
	97.861	310.482

8. Despesas de exercício seguinte

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Assinaturas e anuidades a apropriar	1.678	1.910			1.678	1.910
Juros a apropriar	113.975	210.431	95.636	111.958	209.611	322.389
	115.653	212.341	95.636	111.958	211.289	324.299

Os juros a apropriar correspondem a encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos contratados pela Entidade, cuja apropriação ao resultado ocorre pelo regime de competência de acordo com o prazo de fluência das referidas operações de crédito.

9. Imobilizado

Custo	Taxa de depreciação (a.a.)	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Terreno		167.689				167.689
Edificações	4%	4.484.023			7.169.828	11.653.851
Equipamentos de processamento de dados	20%	642.185	226.656		2.718	871.558
Móveis e utensílios	10%	2.061.692	940.276		354.883	3.356.851
Inst. Técnico cirúrgico e laboratório	10%	11.738.452	919.521		17.148	12.675.120
Equipamento de comunicação	10%	27.340			-1.717	25.623
Máquinas, motores e ferramentas	10%	1.280.972			3.371	1.284.343
Instalações	10%	774.227	69.468		57.087	900.782
Linhas telefônicas	10%	5.326		-5.326		
Software	20%	669.718			-669.718	
Imobilizado em andamento		12.005.206	2.309.176		-7.603.916	6.710.466
Total		33.856.831	4.465.096	-5.326	-670.316	37.646.284
(-) Depreciação acumulada		-8.251.220	-1.846.710	90.548		-10.007.382
Saldo do imobilizado		25.605.611	2.618.385	85.222	-670.316	27.638.902

10. Intangível

Custo	Taxa de amortização	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
	(a.a.)					
Software	20%	669.718				669.718
(-) Amortização acumulada		-40.356	-66.972			-107.328
Saldo do intangível		629.362	-66.972			562.390

11. Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes. A liquidação de tais obrigações está escalonada para o curto prazo.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores diversos	2.198.552	891.010
	2.198.552	891.010

12. Empréstimos e Financiamentos

Trata-se de operações contratadas a taxas que variam de 4,34% a.a. + CDI a 6,74% a.a. + CDI, com prazos de 36 a 85 meses, com pagamentos em parcelas mensais, destinadas ao capital de giro da Entidade.

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subseqüentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

A segregação entre os montantes exigíveis no curto e longo prazo é a apresentada no quadro seguinte

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	4.746.833	1.583.905	8.670.781	10.073.950	13.417.614	11.657.855
Saldo	4.746.833	1.583.905	8.670.781	10.073.950	13.417.614	11.657.855

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Contribuição Sindical a Recolher	170	132
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (5952)	72.198	59.795
Ordenados e Salários a Pagar	667.476	719.899
INSS a Recolher	61.300	68.255
FGTS a Recolher	114.835	185.912
Pensão Alimentícia / Ordem Judicial	1.172	1.107
Rescisões a Pagar	4976,11	3.753
Provisões Trabalhistas	1.227.884	1.142.700
	2.150.010	2.181.553

14. Serviços pessoa física e jurídica a pagar

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Honorários a Pagar	3.234.254	1.693.282
Serviços P. Física a Pagar	-	2.500
Serviços P. Jurídica a Pagar	2.284.787	1.598.904
	5.519.041	3.294.686

15. Subvenções a executar

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais NBC TG 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
PMA - Urgência/Emergência	2.850.143	1.341.993
PMA - Internações SUS (AIH)		142.414
PMA - Complementação Cirurgias Eletivas	262.754	152.312
SICONV - Conv. nº 836827/16 [c/c B.B. 57.		293.673
SICONV - Conv. nº 879365/18 [c/c B.B. 62.	152.502	6.257
SICONV - Conv. nº 859654/17 [c/c CEF 453.	375.022	213.628
SICONV - Conv. nº 888569/19 [c/c B.B. 64.	257.121	814
SICONV - Conv. nº 895508/19 [c/c B.B. 64.	208.741	316
SICONV - Conv. nº 875995/2018 [c/c B.B. 6	12.767	21.910
SICONV - Conv. nº 900880/2020 [c/c B.B. 6	102.423	627
SICONV - Conv. nº 904727/2020 [c/c B.B. 6		2.573
SEMSA - Custeio Materiais [c/c BAN 31.999		3.587
SICONV - Conv. nº 900630/2020 [c/c B.B. 6		2.885
SESA Equip. (BAN 34.008.904) - Termo de F	1.811.287	1.900.000
SEMSA Custeio (Banestes 34.230.748) - Ter	19.715	100.000
Outros convênios em execução	465.862	1.129
	6.518.337	4.184.116

16. Provisões para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de provisão para as perdas em processos avaliadas como prováveis.

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Processos trabalhistas	2.451.373	1.672.161
Processos cíveis	758.539	550.000
	3.209.912	2.222.161

Riscos avaliados como possíveis

O valor das contingências de natureza trabalhista e cível, cujo prognóstico sobre o desfecho dos assuntos em discussão, emitido pelos assessores jurídicos da Entidade, é considerado como perda possível, somam R\$ 1.370.415 (R\$ 1.197.309 em 2021), na esfera trabalhista, e R\$ 770.000 (R\$ 100.000 em 2021), na esfera cível. Os processos classificados como perda possível não estão

provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização e, sim, apenas a sua divulgação.

17. Patrimônio Líquido

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ajustes de exercícios anteriores	395.366	395.366
Patrimônio social	3.043.149	3.043.149
Superávit (déficit) do exercício	<u>-2.897.484</u>	<u>5.598.605</u>
	<u>541.032</u>	<u>9.037.121</u>

- (a) Ajustes de exercícios anteriores: refere-se a correção de erros identificados pela Entidade em ativos e passivos de exercícios anteriores.
- (b) Patrimônio social: refere-se ao acúmulo de superávit ou déficits
- (c) Superávit (déficit) do exercício: corresponde ao resultado do período a ser incorporado ao patrimônio social logo após a aprovação de contas pela assembleia geral.

Nos termos da legislação tributária e previdenciária, os superávits devem ser aplicados integralmente na atividade-fim da Entidade.

18. Receita líquida operacional

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Receita bruta operacional		
Recurso Federal	10.351.966	15.311.731
Recurso Estadual (SESA-UTI e UADC)	5.968.947	5.087.084
Recurso Municipal (Contratualização)	16.298.630	14.228.821
Cientes Particulares	690.992	628.936
Convênios com Planos de Saúde	12.029.058	9.958.471
Outros Convênios e Doações	4.458.853	10.414.566
Trabalho voluntário		41.711
Glosas e contestações	<u>-3.011.049</u>	<u>-225.976</u>
Receita líquida operacional	<u>46.787.397</u>	<u>55.445.344</u>

19. Custo dos serviços prestados

	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Despesas com pessoal	11.741.046	10.440.988
Depreciações e amortizações	1.737.868	1.358.264
Utilidades e serviços	1.615.735	1.481.464
Materiais e medicamentos	7.586.273	8.821.953
Serviços médicos e laboratoriais	23.437.424	20.907.870
Locacoes Diversas	1.023.689	852.701
Servico de Fornecimento de Alimentacao	1.844.910	1.329.078
Diversos	-359.226	3.042.444
	48.627.718	48.234.761

20. Resultado financeiro

O significativo crescimento das despesas financeiras no exercício de 2022, em comparação com o de 2021, está relacionado ao aumento do indexador – CDI – Certificado de Depósito Interbancário, praticado nas operações de empréstimos e financiamentos referidas na Nota Explicativa nº 12, que no acumulado, saltou de 4,42%, em 2021, para 12,39%, em 2022.

21. Reconhecimento oficial de entidade beneficente da assistência social

A entidade é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), regulamentada pela lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que revogou a lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

A Fundação teve seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) **renovado** para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, reconhecida através da Portaria nº 168, de 25 de fevereiro de 2021.

22. Trabalho voluntário

Os itens 19 e 24 da ITG 2002(R1), determinam que o trabalho voluntário prestado à entidade, inclusive pelos membros que integram voluntariamente os órgãos da administração, no exercício das funções de gestão da Fundação, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro.

Entidade reconhece o trabalho dos referidos Conselhos como se o desembolso financeiro tivesse ocorrido, e uma respectiva doação, tendo-se então uma Receita e Despesa relativa aos trabalhos voluntários em mesmo montante. O mesmo tratamento é dado aos outros voluntários. Os valores são mensurados ao seu valor justo (valores de mercado). Para o ano de 2022, foi suspenso os trabalhos voluntários, devido uma reestruturação na Entidade.



Os valores mensurados e registrados não foram desembolsados financeiramente pela Entidade, sendo reconhecidos simultaneamente como Receita e Despesa, no Resultado de cada exercício, conforme determina a ITG 2002 (R1), sem efeitos no Superávit/Déficit do Exercício.

23. Renúncia Fiscal

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Fundação goza de imunidade quanto ao pagamento dos impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviços, nos termos do Art. 150 da Constituição Federal, art. 9º do Código Tributário Nacional e arts. 181 do Decreto nº 9.580/2018 – Regulamento do Imposto de Renda. Tal imunidade também alcança a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social de que tratam os Arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991.

A isenção do Imposto sobre a renda está regulada pelo artigo 182 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018).

24. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO
CAMILO**

RUBENS FELIX
CPF: 002.609768-06
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO

**FUNDAÇÃO HOSPITAL MATERNIDADE SÃO
CAMILO**

CONTADORA: MARCELA P. G. MARQUES MOÇO
CPF: 069.143.047-00
CRC: ES-013847-O